



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

O COTIDIANO INSUBMISSO: INSURREIÇÃO ESCRAVA, POLÍTICAS SENHORIAIS E COMUNIDADES NEGRAS EM CATIVEIRO (TAQUARI – RS – SÉCULO XIX)

Paulo Roberto Staudt Moreira*

Raul Rois Schefer Cardoso Cardoso**

1

No ano de 1863 as autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul receberam que uma insurreição escrava estivesse sendo organizada às margens do rio Taquari, local próximo da capital e caracterizado pela instalação de fazendas de agricultura e pecuária, extração de madeira, etc. A polícia logo foi mandada até a Fazenda da Conceição, pertencente ao cirurgião-mor Antonio José de Moraes e prendeu os *cabeças* do que rapidamente ficou esclarecido tratar-se de uma *desordem* e não exatamente uma sublevação.

As informações prestadas pelos escravos presos, castigados e levados para a capital Porto Alegre nos dão a ideia de tratar-se de um local onde uma comunidade negra de senzala consistente vinha se constituindo há décadas e que o movimento visava negociar a manutenção de direitos costumeiros já adquiridos. Na realidade, o proprietário efetivo dessa fazenda havia falecido no ano anterior. Tratava-se do Barão de Guaíba, o qual em seu testamento libertara cerca de 40 cativos, todos enredados em

* Doutor em História – UFRGS; professor UNISINOS; Bolsista Pq-CNPq - E-mail: moreirast@terra.com.br

** Mestre História –UNSIINOS; professor UNILASALLE- E-mail: rois1@terra.com.br

relações familiares oficiais, reconhecidas pela Igreja Católica. Pensamos que esse caso pode trazer informações sobre as políticas senhoriais de dominação, a formação de uma comunidade na senzala e as hierarquias internas que a mesma comportava. Almejamos, numa perspectiva microanalítica, um estudo de caso sobre a comunidade negra que ali se gestou, procedendo a uma investigação verticalizada, usando de fontes empíricas diversas: documentos eclesiásticos, processos crimes, inventários, etc. O presente texto, entretanto, resente-se de tratar-se de uma pesquisa em andamento, por isso dados diversos já levantados ainda não foram inseridos.

Vamos ao episódio de 1863.

Numa frase já clássica do historiador João José Reis (2003: pág. 10), encontramos uma síntese do que ocorre, em termos de fontes primárias básicas às investigações voltadas aos populares: “*Mais uma vez a história dos dominados vinha à tona pela pena dos escrivães de polícia*”. Ou seja, documentos produzidos por órgãos de controle servem, no presente, para nos ajudar a mapear e decifrar comportamentos diversos. Táticas voltadas para a restrição das autonomias dos setores populares e a manutenção da segurança pública e privada, produziram os melhores documentos para o entendimento das lógicas e anseios desses setores.

Temos dois documentos fundamentais para entendermos o desenrolar dos acontecimentos quanto a *insurreição* de 1863 em Taquari/RS. Um deles foi produzido imediatamente aos fatos, pela polícia provincial¹ e o outro é o relato do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Espiridião Eloy Barros Pimentel, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o Conselheiro João Luiz Vieira Cansansão de Sinimbu². É ainda raro, mas de grande potencial, o cruzamento das correspondências provinciais internas e aquelas enviadas para a Corte, para ministérios diversos. Muitas vezes elas trazem dados e narrativas que se complementam. O Presidente da Província tinha que *provar* ao Ministro da Justiça que sabia gerenciar o controle da segurança pública. Pimentel tinha que se esforçar nesse interim, pois Cansansão conhecia bem o Rio Grande do Sul, já que administrara a província entre

¹ AHRS – Fundo Polícia, Inquéritos, maço 3. Auto de Perguntas – 17 de janeiro de 1863 – Secretaria de Polícia de PORTO ALEGRE – Chefe de Polícia Dario Rafael Callado.

² ANRJ - Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1585 – Caixa 6637, Dep. 211. Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – Ofício nº 64, de 11.01.1863.

02.12.1852 e 01.07.1855. O Presidente tinha que convencer o Ministro que, mesmo não estando enraizado na província, conseguia gerenciar os funcionários locais e potentados locais, obtendo informações sobre os principais acontecimentos, seja insubmissões dos cativos ou desmandos e incompetências administrativas de alguns senhores e seus apaniguados.

Em 16 de janeiro daquele ano de 1863, o Presidente da Província Pimentel expediu o ofício número 8 do Palácio do Governo em Porto Alegre, dirigido ao Ministro da Justiça Cansansão de Sinimbu, onde relatava o ocorrido:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. as seguintes ocorrências que tiveram lugar no termo de **Taquari**, Comarca desta Capital, e que me foram comunicadas pelo Chefe de Polícia.

Nos primeiros dias deste mês nas **fazendas de agricultura** pertencentes ao **cirurgião mor Antonio José de Moraes**, e citas no mencionado termo, apareceram indícios de insubordinação de escravos.

Avisado, o Delegado de Polícia respectivo, no dia 8 do corrente, fez logo partir para aquelas fazendas um Inspetor de Quarteirão com algumas praças: o qual efetuou a captura de dois escravos, que eram os aliciadores de seus parceiros, parecendo-lhe entrarem as fazendas no curso regular de seus trabalhos.

Entretanto alguns pretos procuraram embargar a passagem da escolta, que havia sido reforçada, e que chegou a seu destino, sendo os presos efetivamente recolhidos a Cadeia.

Avisado o Chefe de Polícia destes acontecimentos, fez partir para aquele lugar uma força do Corpo Policial, acompanhada do **cirurgião Moraes**, a cuja chegada os escravos prestando obediência pediram perdão.

Por ordem do Chefe de Polícia foram conduzidos a esta capital os dois principais culpados, afim de serem interrogados, e fazerem-se todas as diligências para capturar mais sete que ainda se conservam ocultos nos matos.

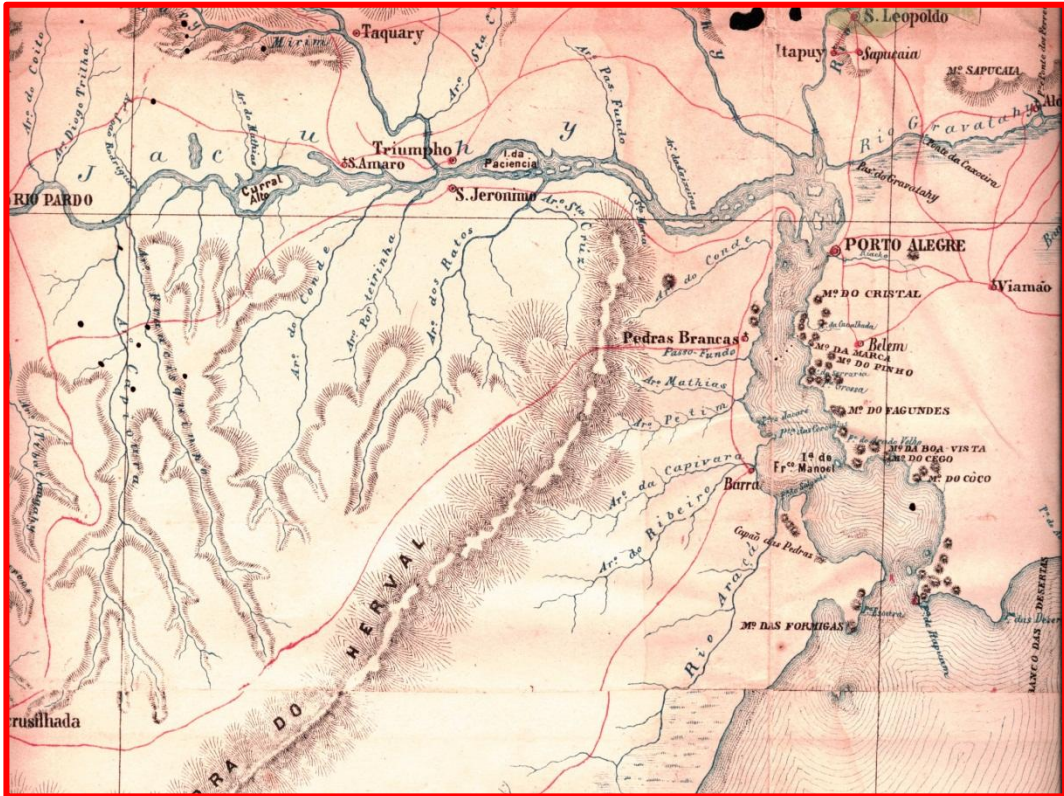
Com a maior satisfação tenho a honra de participar a V. Exa. que a tranquilidade pública não foi nem de leve alterada naquele termo, e que a segurança de seus habitantes, não corre o menor risco.

Deus Guarde a V. Exa.

Ilmo. e Exmo. Senhor Conselheiro **João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu**, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.
[assinado] **Barros Pimentel**

Rio Taquari tem 3 afluentes à direita (rios Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim); na margem esquerda possui os arroios Boa Vista e Estrela. – desemboca no Rio Jacui, na cidade do Triunfo;

Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - 1876



Dois *cabeças* da revolta foram interrogados em Porto Alegre e em seus depoimentos é que nos baseamos. Trata-se dos escravos Manuel e Francisco, que, antes de darem seus depoimentos *livres de ferros e constrangimentos* foram presos, amarrados e mantidos no tronco por dois dias e meio! Os *aliciadores de seus companheiros* assim eram descritos:

- Manuel (preto, 18 anos, solteiro, carreiro, nascido nesta Província, morador na fazenda Conceição há anos);
- Francisco (32 anos, casado, alfaiate e hoje falquejador, natural de Maceió, morador na fazenda há 5 anos);

No período do levante, o município de Taquari era dividido em dois distritos, com 30 quarteirões e 1.177 fogos, sendo sua população total de 9.932 habitantes, dividida em 6.995 livres (70,4 %), 236 libertos (2,37 %) e 2.701 escravos (27,2 %). Os dados mostram que a população escrava de Taquari, em termos proporcionais, extrapolava a média provincial.

Tabela 1 - População escrava provincial, 1858/1872

Ano	Livres e libertos	Escravos	População total	% escravos
1858	213.533	71.911	285.444	25,20
1860	233.367	76.109	309.476	24,59
1861	266.639	77.588	344.227	22,54
1862	294.725	75.721	370.446	20,44
1863	315.306	77.419	392.725	19,71
1872	367.022	83.370	450.392	18,50

Fontes: Quadro estatístico do número de escravos matriculados nas estações fiscais”, (1873). Relatório Diretoria Geral de Estatística (DGE), 1875. ARAÚJO, 2011.

O Vale do Taquari está localizado a aproximadamente 100 quilômetros de Porto Alegre. A região, da qual faz parte Triunfo, São Jerônimo, Cachoeira, Rio Pardo e Santo Amaro, foi ocupada oficialmente a partir de 1750, com a concessão de sesmarias pelo governador da Capitania do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antonio Brito Leme. Essa ocupação foi acelerada em 1760 com a invasão espanhola de D. Pedro Ceballos. Como a distribuição de sesmarias não foi suficiente para acabar com o *vazio demográfico*, que tornava a região suscetível de uma invasão castelhana, principalmente dirigida ao ataque da *tranqueira invicta* de Rio Pardo, a Coroa, então, criou alguns povoados – São José de Taquari e Santo Amaro; e em 1760 estas povoações receberam casais de açorianos. Estrategicamente, Taquari foi construída a 18 Km da foz deste rio, no Rio Jacui.

A Região do Vale do Taquari, possui uma grande importância geopolítica no final do século XVII e no início do XIX, em função das estratégias de defesa do quartel de Rio Pardo. As áreas campeiras das regiões do planalto, das missões, da depressão central e da campanha, as terras nobres da Província, já haviam sido apropriadas neste momento. Estas eram mais procuradas não apenas por permitirem a pecuária, a atividade mais lucrativa neste momento, mas também por abrigarem, em boa parte dos casos, rebanhos de gados selvagens, o gado *chimarrão*. Os constantes conflitos que envolviam as fronteiras luso-brasileiras, nesta região, aumentavam constantemente os números de concessões de terras como recompensas pelos serviços militares prestados pelos milicianos. É neste sentido que as terras florestais do vale do Taquari foram rapidamente doadas no primeiro quarteto do século XIX. (CHRISTILINO, 2004: pág. 34)

Era, entretanto, uma elite com capital político e social, mas relativamente *desafortunada*:

Assim, apesar de economicamente não constituir uma região de destaque na produção sul-rio-grandense, o Vale do Taquari estava, em relação às suas terras, subdividido entre uma parte significativa da elite provincial, como as famílias Lousada, Ribeiro, Oliveira Bello, Mariante e os Azambuja, os quais, por meio de ligações de prestígio em toda a Província, pelo uso de seus cargos burocráticos, também pelos seus postos na GN, asseguraram concessões e ‘títulos’ de terras. Era uma elite, portanto, que possuía um respeitável prestígio, mas desafortunada, pelo menos até o início do surto imigratório da década de 1850. (CHRISTILINO, 2004: pág. 40/41)

Documentos de 1845 (Christilino, 2004:p. 165) mostram a existência de índios (*bugres*) nos matos, gerando uma polícia provincial de extermínio deliberado dos mesmos. Ou pelo menos daqueles que não se *acomodassem*. Com a gradual pacificação da área, as elites locais perderam importância para as da fronteira oeste. A crise era contrabalançada pela valorização das terras pelo processo imigratório: expansão das colônias do Vale do Rio dos Sinos em direção ao Rio Cai. Esse processo foi intensificado pela fundação das Colônias de Santa Cruz (1854) e Montealverne (1859), intensificando-se o processo de *enxaimagem*: aumento populacional das colônias fazia com que estes colonos e principalmente seus descendentes se espriassem pela província.³

No período de 1850 a 1890 se concentraram no vale do Taquari o maior volume de comercializações fundiárias do RGS, foram criadas 1 colônia oficial de imigração (Monte Alverne) e 27 particulares, o maior número da Província, sem contar o grande número de linhas e picadas não registradas como tais. (CHRISTILINO, 2004: pág. 170)

Importante destacar que pequena parte desta região é constituída de campo, portanto, a pecuária não era uma atividade fundamental, apesar de presente.

³ “A *enxaimagem* é a metáfora utilizada por Jean Roche (1969) para descrever a expansão das áreas coloniais, quando os filhos dos primeiros colonos eram obrigados a se deslocarem para novas regiões em busca de terras para cultivar, o que já não poderiam realizar nas primeiras áreas em função da divisão do lote familiar entre vários herdeiros. Desta forma a pressão demográfica obrigava-os a buscarem novas áreas, a exemplo do que fazem as abelhas na sua *enxaimagem*.” (CHRISTILINO, 2008: pág. 146)

Rebanho	1856	1878
Cavalar	1.759	
Vacum	30.345	46.302
Lanífero	1.373	
Caprino	82	450
Suíno	118	18.300
Ovino		1.387

Fonte: CHRISTILINO, 2004: pág. 39.

A **produção de trigo**, que havia sido importante no início do século XIX, em 1850 estava estagnada por várias causas, mas principalmente pela praga da ferrugem. Assim, as principais **atividades econômicas do vale do Taquari, no início da década de 1850, segundo o mesmo autor acima, eram:**

- produção de tábuas de pinho: era a principal atividade econômica local. Existiam 14 engenhos de serras movidos à água (toras mandadas amarradas eram mandadas pelo rio, principalmente para Porto Alegre);

- extração de erva mate;

- extração de pedras;

O proprietário original da fazenda Conceição não pode ser considerado um *desafortunado*. O historiador Christilino, um dos raros investigadores a focarem a região em questão, destaca que o Barão de Guaíba “ possuía várias outras áreas de terras e um grande prestígio naquela época, e é mais um personagem quase que ausente na massa documental” (CHRISTILINO, 2004: pág. 229). Tal *ausência* se justifica pois o Barão (Manuel Alves dos Reis Louzada) residia em Porto Alegre, onde possuía chácara e casa de negócio, estando seus bens registrados nos cartórios da capital.

Voltando aos depoimentos dos *aliciadores* ou *cabeças* do movimento de 1863, percebemos que não era o cativo em si o motivo do protesto, mas as condições do mesmo, a diminuição dos espaços de autonomia conquistados. O Barão de Guaíba

morreu no ano anterior a *desordem* dos cativos da Fazenda Conceição, viúvo e sem filhos, deixando como testamenteiro e herdeiro universal de seus bens o seu *compadre*, o cirurgião José Antonio de Moraes. Parece-nos, assim, que o que ocorreu em 1863 foi gerado pelo descontentamento dos cativos ao perceberem mudanças na administração das fazendas e, portanto, em seus direitos costumeiros, duramente negociados e conquistados ao longo de décadas. O desgaste da relação dos cativos com o capataz da Fazenda Conceição, chamado João, era palpável. Em negociações com o cirurgião Moraes - proprietário absenteísta da fazenda - os escravos acertaram a demissão do capataz João, por maus tratos. Mas deixemos que eles nos contem o que os motivou ao movimento coletivo:

Francisco – P. se o capataz tinha castigado alguém na Fazenda da Conceição? Não.

P. porque fugiram seus parceiros na segunda-feira de noite?

R. que na véspera do natal, 3 escravos da fazenda do **Pinhal - Manoel Ferreiro, Bento e Domingos Carreiro**, tinham saído sem licença, voltando no dia seguinte, das 10 para as 11 horas, e tornando a sair, por esta falta dizia-se na **Conceição** que vinha gente de **Taquary** prender a eles 3; que os escravos da **Conceição** estavam jurados pelo capataz por terem feito requerimento ao senhor para que não o empregasse como capataz, porque da outra vez que tinha estado maltratara a gente tirando até as rações pra dar aos cachorros; o senhor disse ao administrador que nomeasse outro capataz, mas logo depois entrou o mesmo e começou a ameaçar os escravos andando todo armado na fazenda.

Manoel:

P. porque fizeram **desordem** na fazenda?

R. que tendo estado já por duas vezes na mesma fazenda o capataz **João**, foi despedido pelo senhor, e os escravos pediram ao mesmo senhor que não o pusesse lá mais. Vindo o senhor para a cidade, o senhor moço **José** mandou entrar o mesmo **João para capataz haverá um mês mais ou menos.**

P. se o capataz castigou os escravos?

R. que não.[...]

Irritado com os gestos cotidianos de rebeldia dos cativos, o capataz (contando com o respaldo do senhor moço, o advogado José Antonio de Moraes Júnios), e talvez suspeitando de uma ação coletiva mais radical, procurou antecipar-se e atacou as senzalas:

Manoel

R. que não se levantaram, que o capataz por ser vingativo veio a Taquari queixar-se sem razão, e na terça-feira a meia-noite

apresentou-se na Fazenda com gente e cercou as sanzallas. Ele respondente e os mais escravos ouvindo barulho levantaram-se da cama, então um dos homens que estava na parte de fora chegou a janela da sanzalla e deu-lhes voz de prisão, ao que responderam que não tinham cometido crime nenhum e o escravo Justo abriu a porta pela parte de dentro, com uma faca; estavam seis pessoas dentro da sanzalla – Pedro Cabinda, Pedro Crioulo, Justo, Antonio, José Maria e ele respondente, além do preto velho Luiz e de dois crioulinhos, Miguel e Ventura; os outros que costumavam dormir na Sanzalla tiveram aviso de que haviam de ser presos e dormiram fora no mato = aberta a porta, ele respondente e seus cinco companheiros cada um com seu cacete e avançaram para os homens com o capataz; eram 8, ele respondente e Chico Alfaiate, digo falquejador, ficaram presos, os outros escaparam-se para o mato.

P. qual dos que saíram da sanzalla mandou avançar?

R. que todos saíram juntos.

Francisco – P. como teve lugar a desordem que houve na fazenda?

R. que na terça-feira de manhã apareceram na fazenda uns Guarda Nacionais da Costa do Rio com o Sargento da Polícia, cercaram a senzala em que ele respondente morava e quando saiu o amarraram; que nessa noite tinham fugido da mesma Fazenda dois casados, Venceslau e Mateus Moçambique, e três solteiros, Romão, Cândido e Pedro Pernambuco, sem que ele respondente saiba porque, depois dele respondente amarrado, quando os moços andavam no corredor dos casados a procura dos outros que tinham fugido, os solteiros na outra sanzalla arrombaram a porta e saíram armados de cacete e faca, vindo adiante Justo, depois Pedro e por fim Manoel, que está preso, vieram os moços para os atacar e eles correram, Justo e Pedro ganharam o mato, Manoel foi cercado, levou um pausaço nas costas e um talho pequeno na testa de uma bordoadada do moço Chico Osório, e por fim foi amarrado. Foram os dois trazidos para a Fazenda do Pinhal, onde estiveram no tronco dois dias e meio e dali vieram para a Vila.

9

Os depoimentos acima são notáveis na quantidade de dados que nos fornecem, seja na estruturação da senzala ou na expressão de solidariedade comunitária. Note-se que, perguntado a Manoel quem havia mandado (liderado) a saída da senzala e o ataque aos invasores ele afirmou categoricamente – “*que todos saíram juntos*”.

Infelizmente, devido ao espaço que temos para compor este artigo, não poderemos avançar muito na análise, entretanto, cabe destacar que reincidentemente

temos nos documentos informações que indicam a existência de uma comunidade de senzala, solidamente entramada por laços diversos, que havia conquistado (na negociação com seu *paternal* senhor falecido no ano anterior) uma boa gama de direitos costumeiros, tais como:

- Chave da Senzala com o um preto velho;
- Porte de *armas* (facas, cacetes);
- Mobilidade: cavalo, passeios;
- Reclamações/negociações com o senhor;
- Segundo nossos dois informantes:

Manoel:

P. se tinham sempre cacetes?

Respondeu que tinham sempre para passear.

Francisco:

P. se ele respondente pediu licença ao administrador para comprar um cavalo?

R. que não, que os da fazenda da estância pediram esta licença ao senhor, que não a deu com certeza, mas que prometeu se cumprissem suas obrigações.

Para encerrar informamos que, no estado atual da pesquisa, estamos investindo na verticalização da investigação, procurando captar a constituição desta comunidade negra de senzala, a sua arquitetura relacional, através de documentos diversos, como fontes eclesiásticas, processos criminais, etc.

Os passeios costumeiros destes pretos eram vitórias quotidianas duramente conquistadas, e não podem ser menosprezados. Ao perceberem a imposição de limites aos seus direitos costumeiros, ligados principalmente a mobilidade, esses escravos decidiram abandonar uma estratégia calcada na negociação e no trabalho e passaram aos planos de insubordinação aberta. Assim, percebemos que revolta e negociação cotidiana não são planos antagônicos, mas estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos.

Conforme Emilia Viotti da Costa: “normas e usos costumeiros geravam expectativas em ambos os lados” e a violação poderia provocar vários atos, como fugas,

reclamações e greves – “enquanto os senhores sonhavam com o poder total e a obediência cega, os escravos entendiam a escravidão como um sistema de obrigações recíprocas. Eles presumiam que entre senhores e escravos havia um contrato tácito, um texto invisível que definia regras e obrigações, um texto que usavam para avaliar qualquer violação a seus ‘direitos’”. (COSTA, 1998: p.89, 99 e 100)

ABREVIATURAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Thiago Leitão. de. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. *5º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão-Pará - 1840/1860. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro-RJ, v. 02, p. 73-112, 2001.

CARVALHO, M. J. M. . Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 49-72, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.

CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo: UNISINOS, PPGH, 2004, (Dissertação de Mestrado).

_____. A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no rio grande do sul. *Saeculum*. v. 18, p. 143-160, (UFPB), João Pessoa, jan/ jun. 2008.

DEBIEN, Gabriel. Cimarronaje en el Caribe Francês. In: PRICE, Richard. *Sociedades Cimarronas*. Madri, Siglo Veintiuno Editores, 1981.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução*. São Paulo, Global Editora, 1983.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MOTTA, Isadora Moura. *O 'vulcão' negro da Chapada: rebelião escrava nos sertões diamantinos*. Campinas, UNICAMP, 2005. (Dissertação de mestrado)

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Campinas, UNICAMP, 2005. [Dissertação de mestrado]

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. A História do levante dos Malês em 1835. Edição revista e aumentada. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. "Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação". In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 62-78.